

JUSTIÇA

Primeiro-ministro vai poder depor por escrito no processo de Tancos

Conselheiros de Estado aprovaram por unanimidade que António Costa não responda em tribunal às perguntas da defesa de Azeredo Lopes, que é um dos 23 arguidos no processo que investiga o furto e a recuperação de material militar.

LEONARDO RALHA*
lralha@jornaleconomico.pt

O Conselho de Estado autorizou o primeiro-ministro, António Costa, a depor por escrito na qualidade de testemunha no processo de Tancos, no qual está a ser investigado o furto e as circunstâncias em que foi recuperado armamento desaparecido dos paíóis nacionais. Evitará, desse modo, ter de comparecer no Tribunal Central de Instrução Criminal, cujo pedido para ouvir Costa chegou ao órgão consultivo da Presidência da República no dia 16 de dezembro.

Segundo uma nota de imprensa divulgada nesta quinta-feira no portal oficial da Presidência da Re-

pública, "a totalidade das respostas recebidas dos conselheiros de Estado traduz uma autorização unânime no sentido indicado".

"O Conselho de Estado, depois de ouvido o interessado, deliberou autorizar o primeiro-ministro a depor, por escrito, na qualidade de testemunha, no processo 661/17.1TELSB, que corre termos na Secção Única do TCIC de Lisboa", lê-se na nota divulgada pela Presidência da República.

O processo de Tancos já levou à constituição de arguido do ex-ministro da Defesa, Azeredo Lopes, alegado autor dos crimes de denegação de justiça, prevaricação, abuso de poder e favorecimento pessoal - alguns dos quais preveem penas de prisão efetiva em caso de

Processo de Tancos já levou à constituição de arguido do ex-ministro da Defesa Azeredo Lopes, alegado autor dos crimes de denegação de justiça, prevaricação, abuso de poder e favorecimento pessoal

condenação - devido ao alegado envolvimento nas negociações entre a Polícia Judiciária Militar e os autores do furto para a devolução das armas e explosivos que foram retirados dos Paíóis Nacionais de Tancos.

O furto ocorreu a 28 de junho de 2017, aproveitando a falta de vigilância e de segurança nas instalações, mas apenas nove dos 23 arguidos foram acusados de terem planeado e executado o furto do material militar, enquanto os restantes 14 - incluindo o antigo ministro da Defesa Nacional do primeiro Governo de António Costa - respondem pela participação (ou conhecimento) na encenação que envolveu a recuperação das armas e explosivos.

Os responsáveis pela investigação do "caso Tancos" acreditam que uma troca de mensagens de telemóvel entre o então titular da pasta e o deputado socialista Tiago Barbosa Ribeiro indica que o ex-ministro sabia que o material furtado iria ser devolvido, alegadamente por ter sido informado do acordo da Polícia Judiciária Militar com o principal responsável pelo crime.

Arrolado como testemunha pela defesa de Azeredo Lopes - tal como o atual Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, almirante Silva Ribeiro e outras sete pessoas -, António Costa poderá agora receber as perguntas por escrito e dar-lhes resposta da mesma forma. ● *com agências